

AÇÃO E REAÇÃO

Supremo mantém suspensão de emendas, e Lira destrava PEC que limita poderes do tribunal

MARIANA MUNIZ, PAOLA SERRA, GABRIEL SAMÓIA, ALICE CRAVO, JENNIFER CULARETTI, SÉRGIO BORDI E CAIO SARTORI

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) mantiveram ontem, por 11 a 0, a decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu a execução de emendas parlamentares. Nos votos publicados ao longo do dia, em plenário virtual, os magistrados ressaltaram que um dos objetivos da Corte é reunir Executivo, Legislativo e Judiciário para negociar uma solução que privilegie a transparência. Além disso, a ideia é tratar do equilíbrio entre governo e Congresso na formulação e participação do Orçamento. O gesto, porém, não foi recebido como um sinal para o entendimento. Na Câmara, a reação do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), veio de forma imediata.

O deputado decidiu dar andamento a duas propostas: uma que limita poderes de integrantes do STF em decisões individuais e outra que confere aos congressistas o poder de suspensão das decisões da Corte. Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi eleito em 2022 criticando o avanço do Legislativo sobre o Orçamento, voltou à carga e negou que haja uma "briga eterna" com os parlamentares. — "O que não é correto é o Congresso ter emenda secreta. Não pode ser secreta. Porque alguém apresenta emenda e não quer que seja publicizada, se é feita para ganhar apoio político. Eu acho que esse impasse que está acontecendo é possivelmente o fator que vai permitir a negociação com o Congresso — disse Lula, em entrevista à Rádio Gaúcha.

A determinação de suspender as emendas individuais, de pagamento obrigatório, não inclui recursos destinados a obras em andamento ou ações para atendimento de calamidade pública. Integrantes do Palácio do Planalto, contudo, temem que haja paralisação de algumas iniciativas.

DIVERGÊNCIA

Em meio ao julgamento, o presidente do Supremo, Luis Roberto Barroso, disse que há apenas "divergências". Na madrugada de ontem, o ministro chegou a negar um pedido do Congresso para derrubar a decisão de Dino. Assim, o assunto foi debatido apenas em plenário virtual.

— "Não vamos nos sentar à mesa e discutir diferentes possibilidades de realizar esses valores constitucionais. Portanto, não há conflito, há divergência, como é próprio da democracia", afirmou Barroso. Em 2024, R\$ 49 bilhões fi-



LEGISLATIVO RESPONDE COM PECs

Decisões monocráticas

APEC enviada à CCJ para análise de PECs que limitam as decisões monocráticas dos magistrados estava parada na Câmara dos Deputados até a última quarta-feira, quando o texto foi enviado pelo presidente da Casa, Arthur Lira, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Duas semanas antes, o texto já havia sido aprovado em plenário no Supremo Tribunal Federal.

Tramitação da proposta

Aprovada pelo Senado no ano passado, a PEC que limita as decisões monocráticas dos magistrados estava parada na Câmara dos Deputados até a última quarta-feira, quando o texto foi enviado pelo presidente da Casa, Arthur Lira, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Duas semanas antes, o texto já havia sido aprovado em plenário no Supremo Tribunal Federal.

Próximos passos do texto

Após a análise por parte dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, a proposta poderá ser debatida e votada na Casa. APEC que limita as decisões monocráticas dos magistrados e uma demanda antiga de parlamentares bolsonaristas, que querem limitar o poder de al-

Liminares também na mira

Outra proposta, que dá poder para os parlamentares suspenderem decisões do Supremo, prevê que as decisões liminares podem ser suspensas pelo Congresso, caso os deputados e os senadores entendam que a "decisão exorbita do adequado exercício da função jurisdicional e inova o ordenamento jurídico como norma geral e abstrata".

passes. Dino determinou a transparência e a "rastreadabilidade" dos recursos.

Embora digam apoiar o debate por mais transparência, integrantes do governo têm expressado preocupação de que a sentença possa ter reflexos na interrupção de obras e afete políticas públicas pelos pais. A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou ofício a Dino pedindo orientações aos gestores sobre como cumprir a decisão do ministro.

Auxiliares de Lula têm se esforçado em reforçar que não há digitais do governo na decisão de Dino, que foi integrante do governo até fevereiro, na pasta de Justiça.

Entre Poderes.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso, ao lado do presidente da Câmara, Arthur Lira. Supremo manteve, por unanimidade, a suspensão de emendas impositivas

'BOM TERMO'

Ex-integrante do STF, o atual ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou ontem que há diálogo entre os Poderes.

— "Os conflitos entre Poderes são conflitos artificiais. O Executivo, o Judiciário e o Legislativo dialogam — disse Lewandowski em evento do Grupo Lide no Rio. — É claro que numa democracia existem opiniões divergentes. Agora, por exemplo, sobre as emendas parlamentares. Tenho certeza que chegaremos a um bom termo nesse aspecto.

Durante a semana, Lula disse que a situação foi resultado da gestão anterior.

— Isso é resultado da des governança do governo passado, como (Jair Bolsonaro) não governava o Brasil, deixou o Guedes (Paulo Guedes, ex-ministro da Economia) cuidar da economia e o Congresso do Orçamento. Eu sou plenamente favorável dos deputados terem direito de ter emenda, com transparência.



"Nos vamos nos sentar à mesa e discutir diferentes possibilidades de realizar esses valores constitucionais. Portanto, não há conflito, há divergência, como é próprio da democracia"

Luis Roberto Barroso, presidente do STF

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4